

PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES TEÓRICAS E DESAFIOS PARA O ENSINO

Décio de Oliveira Gröhs

Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

<http://lattes.cnpq.br/8459115938202032>.

<https://orcid.org/0000-0002-6399-5514>

E-mail: deciogrohs88@gmail.com

Gilberto Francisco Alves de Melo

Colégio de Aplicação – UFAC.

<http://lattes.cnpq.br/6003432443072815>.

<https://orcid.org/0000-0003-4935-5745>

E-mail: gfmelo0032003@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-24>

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise teórica sobre os fundamentos e perspectivas da Educação Financeira e da Educação Financeira Crítica, discutindo suas implicações para o ensino interdisciplinar no contexto da Educação Básica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, fundamentada na análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e de obras de referência como Kistemann Junior (2016) e Skovsmose (2001). A investigação evidenciou que a Educação Financeira, em sua abordagem tradicional, privilegia aspectos comportamentais e técnicos voltados à gestão individual dos recursos, limitando-se em muitos casos, à adaptação dos sujeitos às exigências do mercado. Em contraposição, a Educação Financeira Crítica propõe uma formação emancipatória e reflexiva, orientada pela compreensão das dimensões sociais, éticas e políticas das práticas econômicas. Conclui-se que a inserção da Educação Financeira no currículo escolar deve assumir um caráter interdisciplinar, articulando saberes de Matemática e Ciências Humanas, com vistas à formação cidadã e à construção de uma consciência financeira crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira Crítica. Educação Matemática. Letramento financeiro.

CRITICAL PERSPECTIVES ON FINANCIAL EDUCATION IN THE SCHOOL CONTEXT: THEORETICAL REFLECTIONS AND CHALLENGES FOR TEACHING

ABSTRACT: This article presents a theoretical analysis of the foundations and perspectives of Financial Education and Critical Financial Education, discussing their implications for interdisciplinary teaching in the context of Basic Education. It is a qualitative bibliographic and documentary study based on the analysis of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), the National Common Curricular Base (BNCC), the National Strategy for Financial Education (ENEF), and reference work such as Skovsmose (2001) and Kistemann Junior (2016). The investigation revealed that

traditional Financial Education tends to emphasize behavioral and technical aspects aimed at individual resource management, often limiting itself to adapting individuals to market demands. In contrast, Critical Financial Education proposes an emancipatory and reflective approach, guided by the understanding of the social, ethical, and political dimensions of economic practices. It is concluded that the inclusion of Financial Education in the school curriculum should assume an interdisciplinary character, articulating knowledge from Mathematics and Human Sciences, with a view to fostering citizenship and developing critical financial awareness.

KEYWORDS: Critical Financial Education. Mathematics Education. Financial Literacy.

INTRODUÇÃO

O ensino de Educação Financeira tem ganhado destaque no cenário brasileiro, especialmente após sua inclusão nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe o desenvolvimento de uma postura crítica e responsável diante das práticas de consumo, poupança e investimento. Nesse contexto, compreender os fundamentos teóricos que sustentam a Educação Financeira e a chamada Educação Financeira Crítica torna-se essencial para a construção de propostas pedagógicas que superem uma visão meramente instrumental do tema.

A Educação Financeira tradicional, frequentemente difundida em programas governamentais e materiais didáticos, tende a privilegiar aspectos comportamentais e técnicos, centrados na racionalidade econômica e na gestão individual de recursos. Em contrapartida, a Educação Financeira Crítica propõe uma abordagem reflexiva e socialmente situada, questionando as estruturas econômicas e culturais que moldam as relações financeiras na sociedade contemporânea. Inspirada em referenciais como a pedagogia crítica de Paulo Freire e a Educação Matemática Crítica de Ole Skovsmose, essa perspectiva enfatiza a autonomia, a justiça social e o pensamento ético nas decisões econômicas.

Discutir essas abordagens no contexto da Educação Básica é fundamental para o ensino de Matemática possa contribuir não apenas para o domínio de conceitos quantitativos, mas também para a formação cidadã e a leitura crítica da realidade. Assim, compreender as bases epistemológicas e pedagógicas que sustentam a Educação Financeira e a Educação Financeira Crítica permite repensar o papel da escola na formação de sujeitos conscientes e protagonistas de suas escolhas.

Este artigo, derivado da dissertação desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM) da Universidade Federal do Acre, tem como objetivo analisar os fundamentos conceituais dessas duas vertentes: Educação Financeira e Educação Financeira Crítica, discutindo suas implicações e potencialidades para uma abordagem interdisciplinar no ensino. O texto organiza-se em duas partes principais: inicialmente, são apresentados os princípios e finalidades da Educação Financeira no contexto escolar, em seguida, discute-se a emergência da Educação Financeira Crítica e seus desdobramentos para a prática pedagógica.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e abordagem interpretativa, cujo objetivo foi analisar os fundamentos teóricos e normativos da Educação Financeira e da Educação Financeira Crítica no contexto educacional brasileiro. A escolha por esse tipo de investigação justifica-se pela necessidade de compreender as bases conceituais e pedagógicas que orientam a inserção da temática no currículo e nas práticas escolares.

Foram examinados documentos oficiais e produções acadêmicas consideradas relevantes para o tema. Entre os documentos normativos, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por expressarem as diretrizes e políticas públicas que fundamentam a implementação da Educação Financeira na escola.

No campo teórico, o estudo baseou-se em autores que discutem a dimensão crítica da Educação Financeira e sua articulação com o ensino de Matemática, com destaque para Kistemann Junior (2016) e Skovsmose (2001), cujas contribuições possibilitam compreender a relação entre educação, cidadania e crítica social.

As principais fontes e autores analisados estão sintetizados no Quadro 1, que apresenta suas contribuições e categorias analíticas.

Quadro 1 - Documentos e autores analisados na pesquisa bibliográfica

Fonte/Autor	Tipo de Material	Principais contribuições para a pesquisa	Categoria analítica
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996)	Documento legal/normativo	Define os princípios gerais da educação brasileira, estabelecendo a formação integral e o desenvolvimento da cidadania como finalidades centrais da educação.	Concepções e objetivos da Educação Financeira.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018)	Documento curricular/normativo	Introduz a Educação Financeira como tema transversal, vinculando-a às competências gerais, em especial à cultura digital, responsabilidade e cidadania.	Concepções e objetivos da Educação Financeira.
Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010)	Política pública / programa governamental	Promove a Educação Financeira voltada para o comportamento individual e para o consumo responsável, reforçando o caráter instrumental e formativo do tema.	Concepções e objetivos da Educação Financeira.
Kistemann Junior (2016)	Tese de doutorado	Discute a Educação Financeira Crítica como prática pedagógica emancipatória, articulando conceitos de cidadania, consumo e justiça social.	Fundamentos e implicações da Educação Financeira Crítica.
Skovsmose (2001)	Obra teórica / Educação Matemática Crítica	Propõe o paradigma da Educação Matemática Crítica, defendendo a leitura sociopolítica dos conteúdos matemáticos e a formação para autonomia	Fundamentos e implicações da Educação Matemática Crítica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise de materiais seguiu uma perspectiva qualitativa e interpretativa, com ênfase na leitura crítica e comparativa dos textos, buscando identificar convergências, tensões e lacunas entre as abordagens tradicional e crítica da Educação Financeira. Essa análise foi estruturada em torno de duas categorias principais:

- 1) Concepções e objetivos da Educação Financeira;
- 2) Fundamentos e implicações da Educação Financeira Crítica.

Por tratar-se de uma pesquisa teórica, não houve envolvimento direto de participantes humanos, dispensando, portanto, apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa. Todavia, respeitaram-se rigorosamente as normas de citação e de integridade acadêmica na utilização das fontes consultadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico constitui a base conceitual que sustenta as reflexões apresentadas neste artigo, buscando compreender as principais concepções e debates em torno da Educação Financeira e da Educação Financeira Crítica. Essa fundamentação tem o propósito de situar o leitor diante das diferentes abordagens existentes, evidenciando as transformações teóricas e pedagógicas que influenciam o modo como o tema é tratado no contexto escolar.

A Educação Financeira, de modo geral, é compreendida como o processo por meio do qual os indivíduos desenvolvem conhecimentos, habilidades e atitudes que lhes permitem tomar decisões conscientes e responsáveis sobre o uso dos recursos financeiros. Essa perspectiva tem sido amplamente difundida em políticas públicas e materiais didáticos, especialmente a partir da década de 2000, quando a globalização e o avanço das tecnologias de consumo impulsionaram discussões sobre o endividamento, planejamento e consumo sustentável.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Matemática no Ensino Médio:

A área de Matemática, no Ensino Fundamental, centra-se na compreensão de conceitos e procedimentos em seus diferentes campos e no desenvolvimento do pensamento computacional, visando à resolução e formulação de problemas em contextos diversos. No Ensino Médio, na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem consolidar os conhecimentos desenvolvidos na etapa anterior e agregar novos, ampliando o leque de recursos para resolver problemas mais complexos, que exijam maior reflexão e abstração. Também devem construir uma visão mais integrada da Matemática, da Matemática com

outras áreas do conhecimento e da aplicação da Matemática à realidade (Brasil, 2018, p. 471).

O artigo 1º no 2º parágrafo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB N.º 9394/96), é afirmado que “a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social” (Brasil, 1996, p. 8)

No contexto educacional brasileiro, a inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) marca um avanço importante ao reconhecer o tema como componente transversal capaz de contribuir para a formação integral dos estudantes. Entretanto, muitas das práticas associadas a essa inserção ainda mantêm caráter instrumental, focado na administração individual das finanças e na adaptação dos sujeitos às regras do mercado. Essa visão tende a privilegiar a racionalidade econômica e a eficiência financeira em detrimento de uma compreensão crítica das desigualdades e dos condicionantes sociais que influenciam as decisões financeiras.

A escola contemporânea tem se destacado na busca de uma educação significativa para o aluno, colocando-o como agente da construção de seu conhecimento, porém é urgente dar sentido às tarefas escolares, para que os(as) alunos(as) deixem de executá-las mecanicamente.

Para tanto, a BNCC enfatiza que um dos objetivos da Matemática é provocar a “visão de que ela não é um conjunto de técnicas, mas faz parte de nossa cultura e de nossa história” (Brasil, 2018, p. 522). Assim como pontua Kistemann Junior (2016):

[...] a Matemática pode ser vista como uma fonte de modelos para os fenômenos sociais e econômicos que nos cercam. Esses modelos compreendem não somente os conceitos, mas nas relações entre eles, procedimentos e representações de diversas ordens. De acordo com a essência dos textos da BNCC e, com qual concordamos a evolução do conhecimento matemático como ciência veio acompanhada de uma organização em eixos tais como Geometria, Álgebra, operações aritméticas, dentro outros. Essa organização deve ser vista tão somente como um elemento facilitador para a compreensão da área da Matemática, de modo que os objetivos matemáticos não podem ser compreendidos isoladamente, estando os mesmos fortemente relacionados uns aos outros (Kistemann Junior, 2016, p. 6)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a Educação Financeira como um tema transversal capaz de contribuir para o desenvolvimento de competências relacionadas à responsabilidade, ao consumo consciente e à participação cidadã. Nesse

documento, o tema aparece vinculado à formação integral do estudante e à necessidade de compreender as relações entre Matemática, sociedade e cotidiano, especialmente por meio da resolução de problemas e da leitura crítica de informações financeiras. Essa inserção curricular reforça o papel da escola como espaço para o desenvolvimento de competências que preparem o indivíduo para lidar com as demandas econômicas do mundo contemporâneo.

A Educação Financeira Crítica surge como uma alternativa às abordagens tecnicistas e comportamentais predominantes, propondo uma leitura mais ampla das relações econômicas e financeiras. Fundamentada em princípios da pedagogia crítica e na obra de autores como Paulo Freire, ela compreende o ato educativo como prática de liberdade e conscientização, em que o conhecimento financeiro não se restringe à gestão individual, mas envolve a compreensão das estruturas que produzem desigualdade e exclusão.

O Governo Brasileiro em 22 de dezembro de 2010 criou o decreto Lei N.º 7.397 que tratava sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que foi desenvolvida em parceria com a iniciativa privada e sociedade civil, buscando promover a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que ele seja capaz de fazer escolhas conscientes quando à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização, onde em seus artigos 1º e 2º cita que:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - atuação permanente em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;

VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas

VII - avaliação e revisão periódicas permanentes (BRASIL, 2010, p. 1)

Neste sentido, Brasil (2010) enfatiza que a Educação Financeira:

[...] é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos seus conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos nele envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhoram o seu bem-estar. Assim podem contribuir de modo mais consciente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidas com o futuro (Brasil, 2010. p. 57).

Embora a ENEF represente um avanço na institucionalização do tema, sua abordagem tende a enfatizar o comportamento individual, o controle de gastos e o planejamento pessoal, centrando-se em valores como eficiência, disciplina e racionalidade econômica. Tal perspectiva, embora útil para o desenvolvimento de habilidades práticas, limita-se a um entendimento técnico do fenômeno financeiro e pouco contribui para uma reflexão crítica sobre as desigualdades e contradições do sistema econômico.

Desde os primórdios a Educação Financeira esteve ligada ao comércio e em nossa concepção, é função da iniciativa pública através da escola preparar os estudantes para a vida futura que eles irão ter. Neste sentido, concordamos com Souza (2018, p. 88) ao afirmar que “a educação financeira desenvolve um pensamento inteligente, reflexivo e saudável sobre o dinheiro, criando consciência dos limites, dos gastos, do poupar, do investir e até mesmo do doar dinheiro”.

Em relação à Educação Financeira na sala de aula, não basta apenas oferecer o ferramental matemático junto com informações sobre o mercado financeiro e conselhos, como se fosse uma fórmula pronta e acabada. É necessário trabalhar e desenvolver a partir do contexto social dos estudantes, baseado em reflexões e análise, reconhecendo que o estudante é capaz de trazer, buscar e processar as informações, indo de encontro com a afirmação de Skovsmose (2001, p. 19): “o processo educacional está relacionado a problemas existentes fora da sala de aula”.

Nessa perspectiva, o ensino da Educação Financeira deve promover o diálogo, a problematização e a reflexão ética sobre o consumo, o trabalho, o crédito e a circulação de dinheiro. Em vez de buscar apenas equilíbrio orçamentário, a Educação Financeira Crítica convida os estudantes a analisar criticamente o sistema econômico e suas contradições, estimulando o pensamento autônomo e o exercício da cidadania.

O termo “crítica”, que de acordo com Borba (2011, p. 362) significa “avaliação, apreciação ou análise”. Na filosofia, o vocábulo “crítica”, de acordo com Araújo (2012, p. 1) “indica a capacidade de avaliação, de julgamento antes à noção de uso criterioso de conceitos, que permitem olhar a realidade não pelo véu da ideologia e sim pelo estudo, pela investigação que o modo reflexivo de pensar enseja”.

Segundo Skovsmose (2001):

[...] podemos dizer que a crítica tem a ver com: 1) uma investigação de condições para a obtenção de conhecimento; 2) uma identificação dos problemas sociais e sua avaliação; 3) uma reação às situações sociais problemáticas. Em outras palavras, o conceito indica demanda sobre auto-reflexões e reações (SKOVSMOSE, 2001, p. 101)

Desse modo, a Educação Matemática Crítica é sobre a utilização da matemática como ferramenta para a reflexão em nossa sociedade, buscando igualdade, justiça social e autonomia. Essa abordagem reconhece que as decisões financeiras são atravessadas por valores culturais, sociais e afetivos, e que a compreensão crítica desses fatores é essencial para a formação integral do sujeito. Assim, ao incorporar a dimensão social e ética das práticas financeiras, a Educação Financeira Crítica amplia o papel da escola como espaço de formação para autonomia e justiça social, aproximando o ensino de Matemática de uma prática educativa transformadora.

Para Skovsmose (2001), que entende a Matemática como linguagem de poder e instrumento de leitura da realidade social, o ensino da Matemática (com extensão para a Educação Financeira) deve contribuir para a emancipação dos estudantes, possibilitando que compreendam como os conhecimentos matemáticos são usados para sustentar, questionar ou transformar práticas sociais. Assim, o ensino da Educação Financeira não pode restringir-se à aprendizagem de cálculos e técnicas de controle orçamentário, mas deve envolver a análise crítica das condições que produzem desigualdades, incentivando a reflexão sobre consumo, trabalho e sustentabilidade.

Dentre as habilidades diretas e indiretas com a Educação Financeira na BNCC, podemos apontar nos Quadros 2 e 3:

Quadro 2 - Habilidades da BNCC ligadas com a Educação Financeira.

CÓDIGO	HABILIDADE
EM13MAT101	Interpretar situações econômicas, sociais e das Ciências da Natureza que envolvam a variação de duas grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação com ou sem apoio de tecnologias digitais.
EM13MAT104	Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica, tais como índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros, investigando os processos de cálculo desses números.
EM13MAT203	Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões.
EM13MAT303	Resolver e elaborar problemas envolvendo porcentagens em diversos contextos e sobre juros compostos, destacando o crescimento exponencial.
EM13MAT304	Resolver e elaborar funções exponenciais nas quais é necessário compreender a interpretação da variação das grandezas envolvidas, em contextos como o da Matemática Financeira e o crescimento de seres vivos microscópicos, entre outros.
EM13MAT305	Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais é necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira, entre outros.
EM13MAT503	Investigar pontos de máximo e mínimo de funções quadráticas em contextos de Matemática Financeira ou da Cinemática, entre outros.

Fonte: BRASIL (2018). Adaptado pelos autores

Quadro 3 - Habilidades indiretas da BNCC ligadas com a Educação Financeira.

CÓDIGO	HABILIDADE
EM13MAT301	Resolver e elaborar problemas do cotidiano, da Matemática e de outras áreas do conhecimento, que envolvem equações lineares simultâneas, usando técnicas algébricas e gráficas, incluindo ou não tecnologias digitais.
EM13MAT405	Reconhecer funções definidas por uma ou mais sentenças (como tabela do Imposto de Renda, contas de luz, água, gás, etc.), em suas representações algébricas e gráficas, convertendo essas representações de uma para outra e identificando domínios de validade, imagem, crescimento e decréscimo.
EM13MAT501	Investigar relações entre números expressos em tabelas para representá-los no plano cartesiano, identificando padrões e criando conjecturas para generalizar e expressar algebricamente essa generalização, reconhecendo quando essa representação é de função polinomial de 1.º grau.

Fonte: BRASIL (2018). Adaptado pelos autores

Conforme a BNCC, a Educação Financeira necessita estar alinhada com situações em que os estudantes precisarão lidar, aos quais encontram em sua realidade, tendo significação, vai além de uma simples prática de economizar, reduzir despesas ou acumular recursos. Ela envolve a construção de hábitos e atitudes que contribuam para uma vida com maior equilíbrio e bem-estar, garantindo condições materiais que

possibilitem segurança e estabilidade diante de situações inesperadas, tanto no presente quanto no futuro.

Educar financeiramente nossos estudantes, é um ato importante e necessário para a vida cujo objetivo não é apresentar ou ensinar artifícios matemáticos para os estudantes tomarem apenas algum tipo de decisão financeira. Deste modo, concordamos com Kistemann Junior (2016), ao afirmar que o objetivo da Educação Financeira não se limita ao ensino de cálculos ou técnicas de gestão de consumo, mas busca desenvolver a capacidade de análise e reflexão crítica sobre as práticas de consumo cotidianas, favorecendo a participação consciente dos indivíduos nas decisões financeiras.

É evidente a necessidade de uma Educação Financeira que supere o tecnicismo e promova uma formação voltada para a cidadania e justiça social. A partir dessa integração, a escola pode assumir um papel ativo na construção de uma consciência financeira crítica, articulando saberes matemáticos e científicos com valores éticos e sociais, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de compreender e intervir na realidade de modo responsável e transformador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os fundamentos teóricos e normativos que sustentam as concepções da Educação Financeira e Educação Financeira Crítica, buscando compreender suas diferenças, convergências e implicações para o ensino interdisciplinar no contexto da Educação Básica. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, que incluiu a análise da LDB, da BNCC, da ENEF e de autores como Skovsmose (2001) e Kistemann Junior (2016), foi possível identificar que as abordagens sobre Educação Financeira apresentam distintas finalidades formativas e epistemológicas.

A análise evidenciou que a Educação Financeira tradicional, predominante nos documentos oficiais e em programas institucionais, tende a enfatizar a gestão individual dos recursos e a adoção de comportamentos econômicos considerados “adequados”, priorizando aspectos de racionalidade e equilíbrio financeiro pessoal. Embora contribua para o desenvolvimento de competências práticas importantes, essa perspectiva apresenta

limitações quanto à problematização das condições sociais e estruturais que influenciam as escolhas e oportunidades financeiras dos indivíduos.

Em contraposição, a Educação Financeira Crítica propõe uma leitura ampliada das práticas econômicas, considerando as dimensões éticas, sociais e políticas que permeiam o consumo, o trabalho e o crédito. Fundamentada na pedagogia crítica e na Educação Matemática Crítica, essa abordagem destaca a necessidade de formar sujeitos autônomos, conscientes e capazes de compreender as relações de poder e desigualdade presentes no sistema econômico.

A partir dessa distinção, conclui-se que o ensino de Educação Financeira deve ir além de mera transmissão de técnicas de planejamento ou controle de gastos. Ela deve ser compreendida como uma prática educativa interdisciplinar, capaz de articular saberes de Ciências Matemática e Ciências Humanas, promovendo o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas. Essa integração curricular possibilita que os estudantes interpretem e avaliem situações financeiras do cotidiano com base em princípios de justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

Reconhecemos que a implementação de uma Educação Financeira Crítica nas escolas brasileiras requer investimento na formação de professores, produção de materiais didáticos contextualizados e políticas públicas que valorizem a reflexão sobre as dimensões sociais da economia.

Neste sentido, torna-se essencial refletir sobre o potencial transformador da Educação Matemática, buscando compreender de que modo o ensino pode promover oportunidades reais de mudança para determinados grupos e contextos, orientando-se por princípios de equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALRO, H.; SKOVSMOSE, O. Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ARAÚJO, I. L. O sentido do conceito de "crítica" em filosofia. Filosofia de todo dia, 2012. Disponível em: <<http://filosofiadetododia.blogspot.com/2012/12/o-sentido-do-conceito-de-critica-em.html>>. Acesso em: 19 Janeiro 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2016.

BORBA, F. S. Dicionário Unesp do português contemporâneo. Curitiba: Piá, 2011.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 04 de outubro de 2025.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: SEF/MEC, 1997.

BRASIL. Decreto n.º 7.397, de 22 de Dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm Acesso em: 04 de outubro de 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. Plano Diretor da ENEF, 2010. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/PlanoDiretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em: 12 outubro 2025.

GRÖHS, D. O. Educação Financeira Crítica: o caso dos alunos do 2.º ano do Ensino Médio de uma escola de Boca do Acre – AM com mediação de aplicativos móveis [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.

KISTEMANN JUNIOR, M. A. Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores [Tese de Doutorado]. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2011.

KISTEMANN JUNIOR, M. A. Uma discussão sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o tema integrador "consumo e educação financeira" e o currículo de Matemática. XIII Encontro Nacional de Educação Matemática, São Paulo, 2016.

SKOVSMOSE, O. Competência democrática e conhecimento reflexivo em matemática, 1992. Disponível em: <www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/sd/textos/skovsmose-competencia.pdf>. Acesso em: 19 Junho 2018.

SKOVSMOSE, O. Cenários para investigação. BOLEMA, Rio Claro, v. 14, 2000.

SKOVSMOSE, O. Educação Matemática Crítica. Campinas: Papirus, 2001.

SKOVSMOSE, O. Ole Skovsmose e sua Educação Matemática Crítica. Revista Paranaense de Educação Matemática, Campo Mourão, v. 1, n. 1, jul-dez 2012.

SKOVSMOSE, O. Um convite à educação matemática crítica. Campinas: Papirus, 2014.

SOUZA, C. C. Z. D. O ensino da matemática financeira na escola numa perspectiva de educação para a vida [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016.

SOUZA, T. G. D. Ensino de Matemática Financeira com utilização de tecnologias [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2014.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: novembro de 2025.